

Igualdade, desigualdade e diferença: contribuições para uma abordagem semiótica das três noções*

José D'Assunção Barros¹
Universidade Severino Sombas

Resumo

Este artigo busca esclarecer e discutir três conceitos fundamentais das Ciências Humanas – Igualdade, Desigualdade e Diferença – de modo a considerar suas relações recíprocas e a historicidade de cada uma destas expressões. O ponto de partida é a análise semiótica das três noções. O artigo remete a obra recentemente publicada pelo autor deste texto.

Palavras-chave: Igualdade, desigualdade, diferença.

Abstract

This article attempts to clarify and discuss three fundamental concepts of the Human Sciences – Equality, Inequality and Difference – in order to consider their reciprocal relations and historicity. The initial point is the semi-otic analysis of the three notions. The article refers to a recently publicized work of the author of this text.

Keywords: Equality, inequality, difference.

Igualdade, desigualdade e diferença: aproximações de sentido

A *igualdade* é uma noção tão antiga quanto complexa. Já de princípio, contrasta simultaneamente com duas outras noções que sempre marcaram presença análoga no decurso da história humana. Por um lado, *Igualdade* opõe-se a *Diferença*, mas, por outro lado, contradita-se com *Desigualdade*.

Existe naturalmente uma diferença sutil envolvida nesses dois contrastes. Quando se considera o par *Igualdade* x *Diferença* (ou igual x diferente), tem-se à vista algo da ordem das essências: uma coisa ou é igual à outra (pelo menos em um determinado aspecto) ou então dela difere.

* Equality, inequality and difference: contributions for a semiotic approach of the three notions.

¹ Endereço para correspondências: Rua Senador Vergueiro, 218, ap. 205, 20230-001, Rio de Janeiro, RJ (E-mail: jose.assun@globo.com). Historiador e professor dos Cursos de Graduação e Mestrado em História da Universidade Severino Sombra (USS), Vassouras.

Podemos, no âmbito de certo número de indivíduos, considerar sua igualdade ou diferença em relação ao aspecto sexual, ao aspecto profissional, ao aspecto étnico, e assim por diante. A oposição entre Igualdade e Diferença, se quisermos colocar a questão numa perspectiva semiótica, é da ordem dos contrários (de duas essências que se opõem).

Já o contraste entre *Igualdade* e *Desigualdade* refere-se quase sempre não a um aspecto essencial, mas a uma circunstância associada a uma forma de tratamento (mesmo que essa circunstância aparentemente se eternize no interior de determinados sistemas políticos ou situações sociais específicas). Tratam-se dois ou mais indivíduos com igualdade ou desigualdade relativamente a algum aspecto ou direito, conforme sejam concedidos mais privilégios ou restrições a um e a outro (isso pode ocorrer independentemente de serem eles iguais ou diferentes no que se refere ao sexo, à etnia ou à profissão). Se for verdade que as mulheres podem receber tratamento desigual em relação aos homens no que concerne às oportunidades de trabalho (e aqui se fala na *desigualdade entre os sexos*), será também possível tratar desigualmente dois homens que em nada difiram em relação a alguns de seus aspectos essenciais (idade, sexo, profissão etc.), ou seja, *Desigualdade* e *Diferença* não são noções necessariamente interdependentes, embora possam conservar relações bem definidas no interior de determinados sistemas sociais e políticos.

Distintamente da oposição por contrariedade que se estabelece entre Igualdade e Diferença, a oposição entre Igualdade e Desigualdade é da ordem das contradições. As contradições são sempre circunstanciais, enquanto os contrários opõem-se ao nível das essências. As contradições são geradas no interior de um processo, têm uma história, aparecem num determinado momento ou situação, e pode-se dizer que os pares contraditórios integram-se dialeticamente dentro dos processos que os fizeram surgir. Por seu turno, os contrários não se misturam (amor e ódio, verdade e mentira, igual e diferente), e dessa forma fixam muito claramente o abismo de sua contrariedade. Logo veremos que essa distinção entre contrários e contradições tem suas implicações, embora no momento isso possa soar como filigrana semiótica.

Para o caso que presentemente tratamos, é preciso considerar primeiramente que as diferenças são inerentes ao mundo humano – para não falar do mundo natural. De modo geral, a ocorrência de diferenças de toda a ordem não pode ser evitada por meio da ação humana (embora se deva esclarecer desde já que nem todas as diferenças são naturais, e muitas são construídas culturalmente)². Vale ainda dizer que a ocorrência de diferenças

² As diferenças entre os dois sexos, ao menos no que se refere aos marcadores genital e cromossômico, relevadas as ambigüidades possíveis, são naturalmente impositivas e evidentes, mas se pode estudar a construção sociocultural da noção de Negro como designativa de um grupo étnico ou "racial" mais amplo. A noção de "raça", por outro lado, tem sido objeto de muitas controvérsias, seja no seio das Ciências Naturais, seja no seio das Ciências Humanas. Voltaremos a essa questão oportunamente.

no mundo social está atrelada à própria diversidade inerente ao conjunto dos seres humanos, seja no que se refere a características pessoais (sexo, etnia, idade), seja no que se refere a questões externas (pertencimento por nascimento a esta ou àquela localidade, ou cidadania vinculada a este ou àquele país, por exemplo).

O reconhecimento da inevitabilidade da ocorrência de diferenças reflete-se no fato de que são raros projetos políticos que se proponham a lutar para eliminar certos tipos de diferenças, como as sexuais, etárias ou profissionais (não se fala ainda da possibilidade de eliminar ou reduzir as *desigualdades* sexuais, etárias ou profissionais, o que seria uma questão de outra ordem). Com relação às diferenças étnicas, existem no limite os projetos de extermínio, que seguem no entanto sendo excepcionais³. De um modo ou de outro, pode-se prever que sempre existirão homens e mulheres, diversificadas variações étnicas, indivíduos de várias faixas etárias, bem como profissões o mais diversas. Mas se pode sonhar que um dia essas diferenças serão tratadas socialmente com menos desigualdade. Por isso, as lutas sociais não se orientam em geral para abolir as diferenças, mas sim para abolir ou minimizar as desigualdades.

Enquanto pensar Diferenças significa se render à própria diversidade humana, já abordar a questão da Desigualdade implica considerar a multiplicidade de espaços em que esta pode ser avaliada. Avalia-se a Desigualdade no âmbito de determinados critérios ou de certos espaços de critérios: rendas, riquezas, liberdades, acesso a serviços ou a bens primários, capacidades. Indagar sobre a Desigualdade significa sempre recolocar uma nova pergunta: Desigualdade de quê? Em relação a quê? Conforme foi ressaltado, a Desigualdade é sempre circunstancial, seja porque estará localizada historicamente dentro de um processo, seja porque estará necessariamente situada dentro de determinado espaço de reflexão ou de interpretação que a especificará (um determinado espaço teórico definidor de critérios, por assim dizer). Falar sobre Desigualdade implica nos colocarmos em um ponto de vista, em certo patamar ou espaço de reflexão (econômico, político, jurídico, social), mais ainda, implica arbitrar ou estabelecer critérios mais ou menos claros dentro de cada espaço potencial de reflexão.

Vale acrescentar, também, que qualquer noção de Desigualdade não pode ser senão circunstancial em parte, porque estão sempre sujeitos a um incessante devir histórico os próprios critérios diante dos quais a Desigualdade poderia ser pressentida ou avaliada. As noções que afetam o mundo das hierarquias sociais e políticas transfiguram-se, entrelaçam-se e desentrelaçam-se, de acordo com os processos históricos e sociais.

³ Nesse extremo, vale como exemplo o projeto de eugenia proposto por alguns dirigentes do Nazismo alemão, que preconizava abolir diferenças por meio do extermínio (de judeus, negros, ciganos, eslavos), por experiências genéticas para atingir o tipo "ariano puro" e por meio de programas de esterilização de indivíduos com características não desejáveis.

Por exemplo, nos tempos modernos, os três grandes âmbitos em que se pode estabelecer uma hierarquia social de qualquer tipo – portanto, os três grandes âmbitos que regem o mundo da desigualdade humana – são a *Riqueza*, o *Poder* e o *Prestígio* (pode-se discutir, ainda, a *Cultura*, no sentido institucionalizado). O que é falar hoje de Riqueza? É certamente falar também de *Propriedade*. Essas noções estão entrelaçadas na modernidade capitalista: a Riqueza encobre a Propriedade, abrangendo-a, mesmo que não se reduza a ela. Vale dizer, se toda a Riqueza, no mundo moderno, não se expressa necessariamente sob a forma de Propriedade, não há como negar, por outro lado, que a Propriedade é na atualidade uma das formas mais poderosas de expressão da Riqueza (dessa forma, a Riqueza compra a Propriedade; é a forma de acesso, por excelência, à Propriedade).

Nem sempre foi assim. Na Antigüidade, por exemplo, Riqueza e Propriedade eram noções perfeitamente desentrelaçadas. Portanto, os critérios para a avaliação da Desigualdade deveriam considerar cada uma dessas noções em separado (como espaços diferentes que integrariam a Desigualdade no sentido complexo). Na Grécia Antiga, a Propriedade significava que o indivíduo possuía concretamente um lugar no mundo (na *polis*), e portanto pertencia ao mundo político com os conseqüentes direitos à Cidadania (ARENDT, 1989, p.71). Por isso, a riqueza de um estrangeiro, ou mesmo de um escravo, não substituíam essa propriedade, que era exclusiva dos cidadãos, e não lhe conferia obviamente acesso ao mundo político. Percebe-se que o Poder entrelaçava-se então com a Propriedade, e ambos se situavam em um espaço de conexões em separado da Riqueza. Além de Poder, Propriedade e Riqueza, havia um quarto critério gerador de espaços de desigualdade, que era o da Liberdade. No mundo da escravidão antiga, como no mundo da escravidão moderna (o Brasil Colonial, por exemplo), a Liberdade ou a Escravidão seriam noções óbvias para serem consideradas em uma avaliação mais sistemática da desigualdade humana – isto é, se houvesse qualquer interesse, então, em avaliar no sentido mais amplo a desigualdade humana⁴.

Hoje a Liberdade de todos os indivíduos, como valor ideal e no sentido lato, é fundo comum para qualquer sociedade moderna que se declare democrática. Deixa, portanto, de ser critério a partir do qual se possa pensar a desigualdade (mas é claro que podemos pensar na liberdade de expressão ou na liberdade de ir e vir, conforme veremos depois). Por outro lado, não é necessário pontuar a Propriedade como critério

⁴ Quando Aristóteles reflete sobre a Desigualdade, por exemplo, não está preocupado com a desigualdade gerada pela escravidão. Para ele, é ponto pacífico que os escravos só poderiam deixar de existir em um mundo onde os fusos trabalhassem sozinhos. Ele põe-se a refletir sobre a desigualdade no mundo político, no mundo da cidadania. Também não tem qualquer preocupação com refletir sobre a desigualdade relacionada ao contraste entre o mundo feminino e o mundo masculino (ARISTÓTELES, 1985).

hierárquico (como faziam os antigos gregos), já que, na modernidade capitalista, a Riqueza abrangia a Propriedade. Esse contraste entre o mundo antigo e o mundo moderno é suficiente, por ora, para registrar a circunstancialidade dos próprios critérios a partir dos quais se pode pensar a questão da desigualdade social.

De resto, o que obriga a falar em *circunstâncias* para as questões relacionadas à Desigualdade é o fato de que qualquer desigualdade que seja imposta a um grupo ou a um indivíduo está sujeita à circunstancialidade histórica, sendo em última instância reversível. O grupo humano que está privado de determinados direitos pode reverter sua situação por meio da ação social – sua e de outros. Pelo menos em tese, não existem desigualdades imobilizadas no mundo social (enquanto no mundo das diferenças teríamos, na oposição biológica entre homem e mulher, uma realidade óbvia e inevitável, da mesma forma que os seres humanos mostram-se todos sujeitos a atravessar diferentes faixas etárias sem reversibilidade possível).

Igualdade, desigualdade e diferença: esquematização semiótica

Para resumir visualmente o que foi discutido com um esquema (ainda incompleto) poderíamos traçar um triângulo semiótico (correspondente à metade de um *quadrado semiótico* que será completado mais tarde)⁵. Nesse triângulo semiótico, a Igualdade relaciona-se horizontalmente com a Diferença (em uma coordenada dos contrários, que se refere ao plano das essências), mas também se relaciona diagonalmente com a Desigualdade (em um eixo das contradições, que se refere ao plano das circunstâncias). A indicação de bilateralidade (uma linha com duas setas) no eixo contraditório da relação entre Igualdade e Desigualdade indica que esses pólos são auto-reversíveis ou que é possível deslocamento no eixo da Desigualdade. Já para a coordenada de contrariedade relacionada com os pólos Igualdade e Diferença não há, de modo geral, reversibilidade possível. Trocando em miúdos, as Desigualdades são reversíveis no sentido de que se referem a mudanças de Estado; as Diferenças, de modo geral, não⁶.

⁵ A operacionalização de “quadrados semióticos” para a compreensão do discurso é uma das bases da teoria semiótica proposta por Greimas e Courtés. As referências fundamentais pertinentes a essa abordagem poderão ser encontradas em algumas obras básicas destes dois autores: GREIMAS, A. J. *Semântica estrutural*. São Paulo: Cultrix, 1973; GREIMAS, A. J. *Sobre o sentido: ensaios semióticos*. Petrópolis: Vozes, 1975; COURTÉS, J. *Introdução à semiótica narrativa e discursiva*. Coimbra: Almedina, 1979; GREIMAS, A. J. e LANDOWSKI, Eric. (Orgs.). *Análise do discurso em ciências sociais*. São Paulo: Global, 1986.

⁶ Apenas em casos limites é possível a um indivíduo redefinir seu diferencial sexual no sentido biológico (com uma operação de mudança de sexos) ou seu diferencial “étnico” (uma operação de despigmentação, por exemplo). Já os diferenciais culturais (como a nacionalidade) podem ser reorientados com menos dificuldade. De qualquer maneira, a reversibilidade entre Igualdade e Desigualdade (ou o deslocamento no eixo da igualdade-desigualdade) representa uma mudança de estado (de circunstância), enquanto a reorientação de aspectos diferenciais implicaria mudanças de Ser.



Figura 1
Triângulo semiótico da igualdade

Daremos alguns exemplos para ilustrar os aspectos relacionados às gradações e às possibilidades de reversibilidade que afetam o eixo das Desigualdades. Consideremos o aspecto da Riqueza. Entre o homem mais rico e o mais miserável (aquele que no limite extremo é desprovido de qualquer bem), podemos imaginar todas as gradações possíveis. É possível imaginar também situações em que o homem mais rico perca riqueza (e até atinja a miséria), ou em que o miserável gradualmente adquira riqueza até se tornar rico. A Desigualdade relativa à Riqueza admite tanto *reversibilidade* como *gradações* entre seus extremos. Raciocínios análogos poderiam ser feitos para a Desigualdade relativa à liberdade de ir e vir. De um lado, teríamos o homem que pode ir a todos os lugares (que imaginariamente seria aquele que detém um máximo de poder, riqueza e prestígio), e do outro o homem que não pode ir a nenhum lugar (que poderia ser ilustrado com o exemplo de um prisioneiro na solitária). Entre esses limites extremos existem as gradações e também as reversibilidades (o Ditador pode ser um dia preso e o prisioneiro, libertado). Os exemplos poderiam se estender ao infinito para as Desigualdades relativas à liberdade de expressão, ao acesso a bens e serviços, à privação de direitos jurídicos, às imposições de segregação espacial e tantas outras situações.

Vejamos como costuma se comportar a coordenada de contrariedades relacionada às Diferenças. Não existem, por exemplo, gradações entre Homem e Mulher. Com relação ao homossexual, deve-se dizer que, em primeira instância, ele não se introduz como nova diferença biológica e que em todo o caso não é intermediário entre o Homem e a Mulher. Do ponto de vista cultural – considerando-se a homossexualidade como nova opção sexual – também não estaremos diante de uma mediação entre homem e mulher, mas sim de uma nova diferença. Rigorosamente falando, ninguém é mais homem ou mais mulher. Biologicamente, se é uma coisa ou outra. Culturalmente, mesmo que possam ou devam ser admitidas algumas outras categorias, não se pode dizer que um homem é mais homossexual do que outro ou que uma mulher é mais lésbica do que outra. Uma mulher será considerada lésbica, ou bissexual, ou heterossexual.

Em suma, as diferenças sexuais (biológicas ou culturais) distinguem-se umas das outras como modalidades de ser, e não como pontos focais de um espectro de variações⁷.

Podemos raciocinar agora em termos de uma Diferença pertencente ao âmbito cultural, como, por exemplo, a *Nacionalidade*. É possível imaginar tantas nacionalidades quantos forem os países do mundo, mas não existe gradação entre o norte-americano e o brasileiro, ou entre o australiano e o chinês. Essas várias nacionalidades fixam entre si o abismo que as separa como essências claramente diferenciadas. Pertence-se a uma nacionalidade ou a outra. Adicionalmente, deve-se considerar ainda que a mudança de uma dessas nacionalidades para outra (ou a transferência de um indivíduo que migrasse de uma dessas essências para outra) não constituiria um processo gradual, mas sim um salto para outro lugar – salto de que, quando muito, um indivíduo apenas costuma se beneficiar em um único momento de sua vida. Um raciocínio análogo poderia ser desenvolvido para as diferenças religiosas.

A questão mais complexa refere-se às chamadas “diferenças raciais” ou “diferenças de cor”. Quando é estabelecida por exemplo uma dicotomia entre Brancos e Negros, é fixado imediatamente um contraste entre duas essências. Isso, conforme veremos oportunamente, será sempre um problema, pois, do ponto de vista científico, as raças não existem como realidades biológicas bem definidas (todas as pesquisas recentes que envolvem mapeamento do DNA humano demonstram-no). Por um lado, a diversidade humana é tão múltipla e aberta a misturas e superposições, que não se presta a isso e, por outro lado, as pesquisas do Projeto Genoma já demonstraram que todos os homens modernos descendem de uma matriz comum oriunda de certa região da Etiópia pré-histórica (vale acrescentar também que as diferenças entre os grupos humanos com características mais ou menos recorrentes, quando eles se formam, estão muito longe de ser suficientemente significativas para autorizar que se fale em diferentes espécies humanas). No entanto, o que interessa mais particularmente para esta discussão é que existem inúmeras e indefinidas tonalidades de pele (e não três ou quatro) e elas somam-se a inúmeros tipos de cabelo e constituições labiais, a diversificados padrões cranianos e tendências de estrutura óssea e a tantas e tantas outras distinções biológicas que não nos permitiriam falar em absoluto em um tipo unificado de Negro ou de Branco.

⁷ A diferenciação biológica entre os dois sexos é talvez a única espécie de diferenciação que pode ser, ao menos a princípio, dicotomizada. Todos os demais âmbitos de diferenciação – nacionalidade, etnia, religião, profissão, faixa etária, posicionamento político, diferença de cor da pele – admitem múltiplas alternativas.

Assim mesmo, quando é construída culturalmente uma dicotomia entre Negros e Brancos, são imediatamente constituídas duas essências, sem mediações. Se quisermos interpor um tipo intermediário – o Pardo ou o Mulato – ele será uma nova essência (na verdade, uma essência tão ficcional como a dos Negros e a dos Brancos). Essas essências serão sempre ambíguas, e contra essa realidade empírica sempre terão de se defrontar os sistemas de classificação que tentarem estabelecer uma tipologia fundada predominantemente na cor da pele.

Para além da tipificação em Branco, Mulato ou Negro, podemos dobrar novas tentativas de classificações e criar os conceitos de Mulato Escuro e Mulato Claro. Em todos esses casos apenas criaremos novas categorias essenciais. No plano essencial das Diferenças não existem gradações (ou estados), mas sim categorias diferenciadas umas das outras. Aqui temos uma distinção básica entre as Diferenças e as Desigualdades. Enquanto o homem mais rico é o outro pólo do mais miserável, ou o homem livre é o outro pólo do escravo mais privado de liberdades – sempre se considerando o espectro de gradações que existe nesses dois casos –, o Negro não é o outro pólo do Branco, nem o Inglês é o outro pólo do Indiano, nem sequer o Homem é o outro pólo da Mulher. Aqui se deve falar respectivamente de “diferenças de cor”, “diferenças de nacionalidade” e “diferenças de sexo”⁸.

De maneira mais simplificada, pode-se dizer que as Desigualdades relacionam-se mais frequentemente ao *Estar* ou mesmo ao *Ter* (pode-se “ter” mais riqueza, mais liberdade, mais direitos políticos), enquanto as Diferenças relacionam-se mais habitualmente ao *Ser* (“ser negro”, “ser brasileiro”, “ser mulher”). A compreensão dessas distinções fundamentais entre Diferença e Desigualdade será imprescindível para que se perceba como essas duas noções têm se relacionado entre si no âmbito social e como ambas se relacionam com a noção de Igualdade.

Desigualdade e diferença: interações e deslocamentos

Até aqui falamos das relações entre Igualdade e Diferença e entre Igualdade e Desigualdade. Já a relação entre *Desigualdade e Diferença* é um capítulo bastante complexo na história das sociedades humanas. Uma sociedade pode assumir – concreta ou imaginariamente –

⁸ Como toda regra exige exceções, deve-se ressaltar que as diferenças etárias são as únicas que, de algum modo, poderiam ser examinadas a partir de um espectro de gradações (considerando-se como extremos a idade zero representada pelo momento do nascimento e a idade limite, que até hoje foi possível de ser atingida pelo mais velho dos homens). Para além disso, as diferenças etárias também constituem um caso especial, porque são as únicas pelas quais terá de passar incessante e obrigatoriamente cada ser humano no decurso de sua vida.

um determinado tipo de conexão entre diferença e desigualdade (ou entre alguns tipos de diferenças e a desigualdade social ou política). Nas democracias modernas, desenvolve-se o imaginário (nem sempre correspondente às situações concretas e efetivas) de que certas diferenças não devem gerar desigualdade. Nesse caso, considera-se que devem ser tratadas com igualdade as diferenças de cor, sexo ou religião. Nem sempre foi assim, e ainda não é assim em diversas sociedades que afirmam concreta e imaginariamente o vínculo entre a desigualdade social e as diferenças desse tipo. São notórios os exemplos medievais de segregação espacial de certos grupos religiosos em bairros específicos, e não está longe no tempo o exemplo do Apartheid, que correspondeu à bem conhecida política de segregação étnica oficializada na África do Sul entre o período de 1948 e 1990. Nesses casos, a conexão entre *Diferença* e *Desigualdade* implica também *Exclusão* ou *Segregação*, outras noções que colaboram na mesma rede de significados.

A relação entre *Igualdade*, *Desigualdade* e *Diferença* também pode implicar o diálogo com outra noção bastante comum no vocabulário histórico, social e político: a de *Discriminação Social*. De certo modo, a *Discriminação* é um dos instrumentos da *Desigualdade*, em alguns casos, uma de suas etapas. A *Discriminação* ajuda a impor precisamente um jogo de dominação e estratificação social que afeta com menor ou maior violência grupos menos favorecidos e que lida com uma complexa relação entre Igualdade, Desigualdade e Diferença. A *Discriminação* equivale, naturalmente, a determinado modo de conduzir socialmente as *Diferenças* com vistas a tratá-las desigualmente. Antes de qualquer coisa, a *Discriminação* depende de que sejam percebidos e delineados certas divisões e grupos sociais relativamente a um aspecto mais ou menos preciso (o exemplo mais notório é a discriminação racial). Os indivíduos, a partir daí, passarão a ser enquadrados na categoria socialmente gerada pelo sistema discriminatório, e no interior dessa categoria passarão a ser tratados com igualdade (não necessariamente de privilégios, mas também de preconceitos). Já a desigualdade se dará no âmbito mais amplo das relações entre as categorias envolvidas. Ao final desse processo que se inicia com a discriminação social, uma categoria discriminada de homens passará a ser tratada desigualmente em relação à outra, seja recebendo menos oportunidades de participação política ou de acesso a emprego, seja chegando-se, em alguns casos, à segregação espacial ou à exclusão social.

Um exemplo poderá deixar mais clara essa noção. Um sistema social em que grassa determinada tendência à discriminação racial – contra os negros, por exemplo – terá precisado, antes de qualquer coisa, elaborar a noção de “negro”, que é uma categoria histórica e socialmente construída,

conforme veremos adiante. Na verdade, mais do que em torno da construção de uma categoria única a ser discriminada, os sistemas discriminatórios giram em torno da construção atualizada de uma distinção entre duas ou mais categorias. No caso que tomamos para exemplo, brancos e negros. A partir de uma dicotomia discriminatória estabelecida, os indivíduos são partilhados dentro dessas categorias, mesmo que para tal seja preciso desconsiderar as ambigüidades resultantes das dificuldades de enquadramento de alguns indivíduos dentro dos padrões estabelecidos para cada categoria. Discriminados os indivíduos de acordo com o aspecto discriminatório selecionado socialmente, estamos já no preâmbulo do jogo de igualdade, desigualdade e diferença por meio do qual o sistema opera. Na verdade, os indivíduos pertencentes a cada categoria discriminada serão tratados com igualdade dentro da categoria, e a desigualdade ocorrerá no nível ou na qualidade do tratamento dispensado a cada categoria, particularmente no contraste entre as categorias envolvidas.

No sul dos Estados Unidos até meados do século XX, por exemplo, os indivíduos categorizados como negros eram obrigados a sentar-se na parte de trás dos transportes coletivos. Nesse caso, pode-se dizer que todos os indivíduos considerados "negros" eram tratados com igualdade interna relativamente à prescrição de não se sentar à frente dos ônibus públicos. A desigualdade localizava-se precisamente no confronto externo entre privilégios e prescrições concedidos a uma e outra categoria étnica (brancos e negros).

Outro aspecto a se considerar na história da relação entre Desigualdade e Diferença refere-se à possibilidade de que uma determinada contradição relacionada com Desigualdade passe a ser lida socialmente como uma contrariedade relacionada com Diferenças. O exemplo mais notório disso é o da oposição entre *Liberdade* e *Escravidão*. Naturalmente, se considerarmos que a *Escravidão* é a privação de *Liberdade*, deveremos imediatamente localizar esse par de contraditórios no eixo circunstancial da Desigualdade. O *Escravo* é aquele que perdeu a *Liberdade*. A *escravidão* ou a condição de homem livre constitui cada qual um estado, uma circunstância (essas duas noções interagem reciprocamente como contradições, e não como diferenças).

A estratificação social no Brasil Colonial fundou-se precisamente no deslocamento imaginário da noção desigualadora de *Escravo* para uma coordenada de contrários fundada sob a perspectiva da Diferença entre homens livres e escravos. Nessa nova perspectiva, um indivíduo não *está* escravo, ele *é* escravo. Toda a violência maior desse novo modelo de estratificação social que foi típico do Brasil Colonial alicerçou-se nesse deslocamento, nessa transformação de uma contradição em uma contrariedade,

nessa estratégia social imobilizadora que transmutava uma circunstância em uma essência. É digno de nota que os abolicionistas tenham se empenhado precisamente em reconduzir o discurso sobre a Escravidão para o plano das desigualdades, recusando-se a discutir a oposição entre Livres e Escravos no plano das diferenças. Alguns, inclusive, passaram a discutir a desigualdade da Escravidão em conexão com outras formas de desigualdade, e, ao mesmo tempo em que propunham a abolição, preconizavam também reformas fundiárias e jurídicas. Destronada do plano imobilizador das Diferenças, a Escravidão passava a coabitar com outras Desigualdades, e algumas dessas desigualdades podiam ser enfrentadas naquele momento pelas mesmas práticas, pelos mesmos discursos, pelas mesmas ações sociais.

Esse tipo de deslocamento entre o eixo circunstancial das Desigualdades e a coordenada essencial das Diferenças não é novo na história. A noção de Nobreza, seja no período antigo ou no início do período medieval, foi gerada a partir de certas circunstâncias de desigualdade ligadas ao acesso à terra e à posse de armas. No decorrer de um complexo processo histórico, a oposição dos pares contraditórios nobre e não-nobre deslocou-se para uma coordenada de contrariedades em que nobre passou a ser designativo de uma essência. Nascia-se nobre (embora essa idéia tenha de ter convivido com a idéia antagônica de que se faziam nobres, sobretudo a partir das mãos do rei).

É sintomático que, no preâmbulo dos movimentos sociais contra os privilégios aristocráticos, já no período de questionamento do Antigo Regime que se deu na Europa Moderna, os filósofos iluministas tenham se esforçado para elaborar uma nova leitura da noção de Nobreza, reencaminhando-a do eixo essencial das Diferenças ao eixo circunstancial da Desigualdade. O circunstancial, conforme vimos, é mais maleável à ação humana, e está por isso mais claramente sujeito à história. De igual maneira, o movimento revolucionário só pôde remover o monarca de sua posição absolutista quando desconstruiu seu misterioso halo de Diferença, regrado a direito divino, e passou a ler a figura régia como a de um agente instaurador de desigualdade – um tirano! Não é possível cortar a cabeça de um rei diferenciado de todos os homens pelo próprio Criador, mas facilmente se decapita um tirano que fora alçado ao poder por mecanismos de desigualdade inventados pelos próprios homens. Destituído da Diferença e declarada sua Desigualdade, o rei facilmente perde a cabeça. Enfim, diversos exemplos históricos mostram as profundas implicações que se escondem na leitura das Desigualdades como Diferenças ou na leitura das Diferenças como Desigualdades. Obviamente, esses deslocamentos não são gratuitos, não ocorrem senão como signos de profundas alterações que se dão na história de determinadas sociedades.

Um último exemplo permite entender que a Diferença também pode ser lida como Desigualdade para atender a determinados projetos sociais de dominação. Na filosofia da primeira Idade Média, teve ocorrência a idéia de que a Mulher era um Homem incompleto⁹ (assim como a de que a Criança é um adulto incipiente). Percebe-se que aqui uma Diferença sexual natural bastante evidente é relida como uma Desigualdade na origem. Segundo as implicações desta hoje estranha perspectiva sobre os sexos, a própria Natureza teria tratado desigualmente os seres em sua origem, gerando uns que são completos e outros que são incompletos. Cria-se aí uma hierarquia "natural", que reforça as hierarquias sociais e políticas, em que o completo está acima do incompleto, ou o Homem acima da Mulher.

De igual maneira, conforme os estudos de Philippe Ariés (1980), a noção de Infância propriamente dita não pôde surgir na Idade Média, já que a criança era então vista como um adulto incipiente (e portanto no âmbito de uma desigualdade a ser superada, e não de uma diferença a ser considerada)¹⁰. Depois se reconheceu a Infância como uma Diferença (como uma essência psicológica e biológica específica, e não como um estado incipiente do Ser adulto)¹¹. Enquanto a Criança era tratada no plano da Desigualdade (um adulto incipiente está em relação de evidente desigualdade com relação ao adulto desenvolvido) a Infância não pôde adquirir suas representações específicas, inclusive na Arte. Na História da Criança, a Idade Moderna traz o processo que passará a dar a reconhecer a Infância como uma Diferença em relação à Idade Adulta (e não mais como uma Desigualdade em relação a ela).

Os deslocamentos impostos entre os planos da Desigualdade e da Diferença, enfim, podem significar opressão ou dominação (mas também a libertação, quando o deslocamento refere-se a uma posterior desconstrução do deslocamento opressor no sentido inverso). Por isso, uma correta delimitação entre Diferença e Desigualdade pode ser de tão vital importância

⁹ A idéia de que a mulher é um "homem inacabado" é na verdade uma herança aristotélica, que se estendeu e ganhou força no período medieval, particularmente com o pensamento de São Tomás de Aquino (Summa Theologica I.q.92, a.1 ad 4, 1953a). Assim, esse "mas occasionatus" que seria a mulher era aqui visto como mero receptáculo passivo para a força generativa única do varão. Acrescenta ainda São Tomás de Aquino que "a mulher necessita do homem não somente para engendrar, como fazem os animais, senão também para governar, porquanto o homem é mais perfeito por sua razão e mais forte por sua virtude" (Summa contra Gentiles III, 123, 1953b).

¹⁰ A idéia da criança como um adulto ainda incompleto, igualmente instituidora de uma concepção que transforma a diferença em desigualdade, também aparece em Aristóteles, para quem "como a criança é um ser incompleto, é evidente que sua virtude não se refere a si própria, mas a seu fim, àquele que a dirige" (ARISTÓTELES, 1985, 1260a4-1260b20). É claro, por outro lado, que a História apresenta mesmo nos períodos anteriores à modernidade eventuais esforços de compreender a criança em sua especificidade, e excepcionalmente encontraremos na Idade Média mosteiros que nesse sentido se dedicaram à educação infantil (DE CASSAGNE, 2004, p.21).

¹¹ Um dos primeiros filósofos a reconhecer essa diferença e as suas implicações, aliás, foi Jean-Jacques Rousseau (1979, original de 1762).

para a justiça social. Nos exemplos acima, a transformação original de uma Desigualdade em Diferença terminou por imobilizar uma opressão, transmudando-a de circunstância reversível em essência aparentemente fixa (o escravo circunstancial no escravo essencial). A transformação de uma Diferença em Desigualdade terminou por criar hierarquias injustificadas, por transformar diferenças de mesmo nível em categorias desniveladoras (a mulher em homem inacabado). Nos vários casos, pode-se dizer que o caminho inverso corrigiu o equilíbrio e desconstruiu a violência simbólica do primeiro deslocamento: em um grupo de situações foi restituído à Diferença seu estatuto natural (uma diferença de sexo, e não uma inferioridade de sexo), e em outro grupo de situações reconduziu-se a Desigualdade a seu próprio plano, restituindo-lhe a reversibilidade e portanto a possibilidade de ser superada por meio de uma ação social (a abolição da escravidão, o questionamento dos privilégios aristocráticos).

As diferenças que são construções históricas

Outra questão importante que precisa ser discutida é que, se as Desigualdades são sempre construções históricas, as Diferenças também podem sê-lo. Existem obviamente as diferenças naturais que impõem sua evidência ao mundo humano (como o sexo ou as diferenças etárias). Mas existem também as diferenças culturais propriamente ditas, e algumas delas precisam ser examinadas no plano de sua historicidade, porque eventualmente produzem desigualdade social. Discutiremos, a título de exemplificação, um conjunto de noções historicamente construídas que se entrelaçaram no século XVI em torno da prática da Escravidão Moderna: Negro, Escravo e Africano.

Liberdade e Escravidão, como já foi notado, correspondem a estados que mais corretamente devem ser dispostos no eixo contraditório das desigualdades do que na coordenada de contrários das Diferenças. Escravo, nesse caso, é uma noção referente à Desigualdade que se estabelece relativamente à liberdade (ser escravo é estar privado da liberdade, é ser vítima de uma desigualdade social relacionada ao direito de agir livremente). Ser Negro, por outro lado, é hoje uma Diferença marcante nas sociedades modernas, mas essa Diferença tem também uma história. Em algum momento, essa história foi obrigada a entrelaçar-se com a idéia desigual de Escravidão, para dar suporte a este cruel regime de dominação, que foi o Escravismo Colonial.

Entre os séculos XVI e XIX, os “negros” não se viam na África propriamente como “negros”. Negro foi na verdade uma construção “branca” – já que os povos africanos enxergavam a si mesmos como pertencentes a grupos étnicos bem diferenciados e em geral reciprocamente hostis.

Isso facilitava, naturalmente, o encaminhamento da ponta africana do tráfico negreiro, que na verdade era conduzido por indivíduos procedentes da própria África. Não existia nem poderia existir nada que possa ser assimilado ao que hoje se poderia entender como uma "solidariedade negra", e o sentimento moderno de que aquela prática era algo como "irmãos vendendo irmãos" seria totalmente anacrônico, se transportado para aquela época. Na verdade, o aspecto diferencial "Negro" foi grosso modo construído no Ocidente Europeu a partir da superação de diversas diferenciações que existiam (e existem até hoje) nas sociedades tribais africanas. Dito de outro modo, a diferença "negro" foi construída a partir da igualização (ou da indiferenciação, seria melhor dizer) de uma série de outras diferenças étnicas que demarcavam as identidades locais no continente africano.

Da mesma forma, é preciso salientar que os negros africanos tampouco se viam como "africanos". A "África" foi também uma construção da "Europa". O norte, o centro, o sul, a banda oriental, o litoral atlântico, para apenas falar das macrorregiões da África, eram pressentidas pelos povos que as habitavam como regiões geográficas e culturais bem diferenciadas. Quem pela primeira vez avaliou esses povos a partir de uma identidade étnica e continental – enquadrada em um lugar único – foi o próprio homem "branco" europeu, já que essa questão não se colocava então para os "negros africanos" da época.

Por fim, o próprio conceito de "Escravo" como peça de troca em um comércio rendoso foi também uma construção branca. A Escravidão era uma forma de Desigualdade, que já existia desde a Antiguidade. Ela era um produto da Guerra: o escravo era o homem livre que fora vencido e capturado belicamente. De igual maneira, a escravidão sempre existira na África (e na verdade ainda existe hoje em bem menor medida, embora disso pouco se fale, já que seus grandes compradores são os magnatas mundiais do petróleo sediados no Oriente Médio). Só que na realidade africana pré-colonial havia uma escravidão de importância periférica. A contribuição do homem branco europeu para essa triste prática hoje oficialmente abolida foi introduzir a Escravidão, a partir do século XVI, em um comércio transatlântico de âmbito mundial, e transformá-la em peça chave dos sistemas econômicos coloniais até sua abolição nos vários países da América.

No novo contexto, se antes a Escravidão era subproduto da Guerra, agora o objetivo de capturar escravos passaria a produzir a Guerra. O Escravo tornou-se um produto tão valorizado na nova realidade econômica, que os próprios grupos tribais africanos organizavam expedições para capturar escravos para depois vender aos europeus. Na verdade, o europeu não entrava no interior africano para capturar escravos: ele os recebia, no litoral, dos próprios africanos, e recebia escravos oriundos de todos os grupos étnicos.

A desconstrução da diversidade de etnias negras e das realidades culturais africanas, mergulhando-as dentro de uma grande raça localizada em um espaço geográfico único e imaginariamente homogêneo – e a simultânea visão dessa parte da humanidade como “inferior”, ao mesmo tempo em que se encarava o continente africano como um lugar exterior à “civilização” –, conjuntamente com uma nova noção de “escravo”, constituiu o fundo ideológico da montagem do sistema escravista no Brasil. Desigualdades e Diferenças diversas, nesse caso, construídas historicamente, entrelaçaram-se para dar apoio a um dos mais cruéis sistemas de dominação que a História conheceu.

Hoje se fala em um “movimento negro”, que luta por extirpar os preconceitos ainda existentes na sociedade em que vivemos. Neste novo contexto, identificar-se como negro (afirmar essa diferença) faz parte de um gesto de libertação (de luta contra a desigualdade). No passado, a construção ideológica da noção de “homem negro” atendeu a propósitos de dominação, encaminhados pelo próprio homem europeu.

Os primeiros portugueses que procederam à montagem do sistema escravista no Brasil estavam cientes da diversidade africana, e portanto das possibilidades de afirmação de diferenças a partir dessa diversidade, mas eram diferenças que, no caso, não lhes interessavam. Por isso, os compradores de escravos para a empresa agrícola ou para as atividades urbanas costumavam separar estrategicamente os indivíduos provenientes de uma mesma etnia e região cultural, misturando escravos de diferentes procedências, para evitar que fossem revividos certos padrões de identidades locais africanas que não estavam tão distantes (e, conseqüentemente, prevenir potenciais revoltas).

Com isso, o negro no Brasil e no resto da América passou a ser visto como realidade única e monolítica, e com o tempo foi levado a enxergar a si mesmo também dessa maneira. Perdidos os antigos padrões de identidade que existiam na África, o negro afro-brasileiro sentiu-se compelido a iniciar a aventura de construir para si uma nova identidade cultural, adaptando-a à própria cultura colonial. Com isso, surgiram novos padrões religiosos, diversificadas alternativas sincréticas, uma nova arte e uma nova música, e tantas outras contribuições que já não são propriamente africanas. Eis por que não se pode falar propriamente de um componente cultural africano de nossa sociedade, mas sim de um componente *afro-brasileiro*, inaugurador de novas especificidades.

Conforme se vê, ocorreu nesse processo histórico o entrelaçamento de uma noção que habita ou deveria habitar o plano da Desigualdade Social (a noção de Escravo) com essas duas diferenças culturais que foram a Negritude e o pertencimento africano (ou pelo menos a procedência ou a ancestralidade africana). Obviamente, mais tarde,

essas noções foram se desentrelaçando. Já mencionamos o fato de que fez parte da montagem ideológica do sistema Colonial o deslocamento da idéia de Escravidão, que passou do eixo circunstancial e contraditório da Desigualdade para a coordenada essencial dos contrários que pontuam as Diferenças. Também, que a seu tempo as idéias abolicionistas passaram novamente a discutir a Escravidão como Desigualdade, e não mais como Diferença, marcando o retorno discursivo de uma noção que já havia pertencido ao plano da Desigualdade. Esse processo de releitura das noções que haviam dado suporte ao sistema colonial e seu redesligamento umas das outras mostra como as Desigualdades ou Diferenças estão sujeitas a deslocamentos que correspondem a transformações sociais mais profundas que se processam na sociedade.

A seleção social da diferença

Ainda falando da historicidade das Diferenças, é muito importante lembrar que a própria seleção social daquilo que será destacado como diferença relevante é também um produto histórico, mesmo no que se refere aos chamados aspectos naturais. Tirando as diferenças sexuais e etárias, que se impõem naturalmente, existem dezenas de especificidades biológicas que não são percebidas ou valoradas socialmente, e outras que podem sê-lo. Por que as diferenças de pigmentação da pele são selecionadas socialmente como diferenças, inclusive motivando preconceitos e formação de identidades, e não as diferenças de tipos sanguíneos, por exemplo? Em sua enorme diversidade dentro da espécie humana, todos os homens apresentam inúmeras diferenças de uns em relação aos outros, e inúmeras possibilidades de agrupamentos. Essas inúmeras distinções, como já se deu a perceber, podem ser de ordem natural ou cultural, mas nem todas as diferenças naturais e culturais são selecionadas como diferenças sociais. Vale dizer que, muitas vezes, elas permanecem apenas como distinções que não chegam a gerar a formação de agrupamentos, estratificações, processos de discriminação, processos de afirmação de identidade social, e assim por diante.

Algumas diferenças podem produzir discriminações no nível dos micropoderes, embora não produzam grandes discriminações sociais. Determinados indivíduos podem discriminar os gordos, os feios, os baixos, e assim por diante. Contudo, embora sejam muito fortes o Movimento Negro ou o Movimento Feminista – que se insurgiram modernamente contra as discriminações raciais ou contra as desigualdades sexuais – não existe por exemplo um Movimento Gordo. Grosso modo, só verificamos a emergência de grandes movimentos sociais quando a discriminação em relação a certo aspecto atinge determinada ênfase social, começa a afetar uma

parcela significativa da população ou então passa a constituir aspecto questionável de um sistema jurídico ligado a uma sociedade que divulga o imaginário da igualdade (como as democracias modernas).

De qualquer maneira, eis aqui um problema importante que estimula um diálogo inevitável entre as ciências naturais e as ciências humanas. Algumas das milhares de diferenças que podem surgir entre os indivíduos provêm do âmbito da Natureza, mas a percepção e a seleção de algumas dessas diferenças naturais para que se transformem em critérios que afetarão significativamente a vida social dos indivíduos e dos grupos populacionais é inteiramente pertencente ao âmbito da cultura.

Indiferença

Quando esquematizamos acima as relações entre Igualdade, Diferença e Desigualdade, ressaltamos que era ainda um esquema incompleto. Ele pode ser espelhado, para se tornar um quadrado semiótico perfeito, se acrescentarmos uma nova noção: a de *Indiferença* (por oposição contraditória em relação a *Diferença*). A Indiferença (ou Indiferenciação) corresponde a ignorar, rediscutir ou desprezar as Diferenças. Completo, o quadrado semiótico das Igualdades e Diferenças ficaria assim:

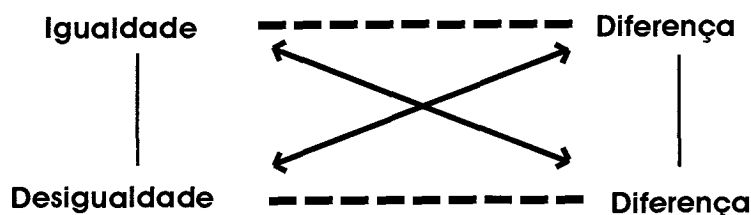


Figura 2
Quadrado semiótico da igualdade

O quadrado completo ajuda por um lado a clarificar a leitura de alguns dos processos histórico-sociais antes descritos, como o da origem da Escravidão como Desigualdade, sua transmutação em Diferença por meio do discurso escravocrata, e a Não-diferença proposta posteriormente pelo discurso abolicionista, de modo a conduzir a discussão de novo ao eixo da Igualdade. Esse é o percurso semiótico pelo chamado "esquema positivo" (descida pela primeira diagonal, subida pela vertical direita, nova descida pela segunda diagonal e retorno ao vértice inicial pela vertical esquerda)¹².

¹² Segundo Greimas e Courtés (s.d.), que foram os idealizadores da abordagem com quadrados semióticos, o segundo percurso previsto é o "esquema negativo": do vértice superior direito ao inferior esquerdo através da segunda diagonal, daí ao vértice superior esquerdo por um movimento vertical, nova descida através da primeira diagonal e retorno vertical ao vértice superior direito.

Um exemplo de percurso por meio do “esquema negativo” poderia ilustrar o processo de construção da moderna diferenciação entre negros e brancos nas sociedades pós-coloniais. Na realidade africana pré-colonial havia as várias *diferenças* intertribais (vértice superior direito). O tráfico negreiro embaralhou essas diferenças, que eram percebidas pelos africanos, e, a partir de uma *Indiferenciação*, igualizou todos os negros (descida pela segunda diagonal e subida pela vertical esquerda até o vértice da *Igualdade*). O restante do percurso é já conhecido: produção de *Desigualdade* por meio da Escravidão e transformação dessa desigualdade em *Diferença* entre negros escravos e brancos livres (retorno ao vértice superior direito, agora configurando um novo tipo de Diferenciação). Desconstruída a Escravidão pelo posterior processo abolicionista, a percepção de uma diferenciação “racial” entre negros e brancos continuou contudo a fazer parte das percepções sociais mais significativas.

Tal como dissemos, no mundo moderno, todos – “negros” e “brancos” – aprendem de um modo ou de outro a enxergar o mundo a partir dessa e de outras diferenciações que acabam se tornando por isso socialmente significativas, em detrimento de diferenças que só aparecem como significativas no âmbito individual (a cor dos olhos, a altura, o desenho do rosto, a espessura do corpo). A criança moderna, “negra” ou “branca”, cedo é ensinada a apreender a realidade humana de determinada maneira, a dirigir o olhar para a percepção da cor e a atribuir um valor social a essa cor (a enxergá-la como distintivo de identidade e a dedicar a ela orgulho, simpatia ou preconceito). No entanto, seria perfeitamente possível imaginar um mundo em que a diferença de cor abandonasse o mundo das relevâncias sociais e se deslocasse para o mundo das relevâncias individuais. Esse deslocamento encontra-se, no limite imaginário, com o fim das chamadas desigualdades raciais. De qualquer maneira, permanece como questão polêmica a definição de qual seria o melhor caminho para conquistar o tão sonhado fim das desigualdades sociais ligadas à percepção da cor da pele: a afirmação das “identidades raciais” para lutar concomitantemente pela “Igualdade entre as raças”, ou simplesmente a diluição do conceito de raça, de modo a extinguir gradualmente a percepção social da cor? Questão sem fim...

Poderíamos avançar ainda por outros aspectos importantes. O quadrado semiótico completado com o vértice da Indiferença também permite enxergar a questão da Desigualdade e da Diferença sobre outros ângulos. Propositadamente, conservamos as ambigüidades da palavra Indiferença para não depurá-la de suas riquezas internas e permitir que o esquema proposto se aplique funcionalmente a um número maior de casos. Nos parágrafos acima, utilizamos a noção de Indiferença com o sentido de Indiferenciação, de desconstrução da diferença que oprime,

de eliminação das discriminações com vistas a estabelecer ou restabelecer a Igualdade – ou, da mesma forma, a Indiferenciação como estratégia de dominação, de desconstrução de padrões de identidade indesejáveis para depois subjugar e até escravizar. Contudo, a idéia de Indiferença também pode ser utilizada no sentido negativo de ignorar ou desconsiderar diferenças significativas e relevantes, de ser “indiferente a algo” (por alienação ou por menosprezo).

É muito interessante observar que a Indiferença, particularmente com esse último sentido, também pode produzir injustiças sociais de outros tipos. Consideremos, por exemplo, que determinada parcela de qualquer população é habitualmente constituída de deficientes físicos de diversos tipos. A Indiferença em relação a esses deficientes reintroduz o problema da Desigualdade, mas de uma outra forma. Se não existissem por exemplo as plataformas especiais para os deficientes motores que não podem subir ou descer escadas, eles estariam impedidos de chegar a determinados locais, e portanto estariam sofrendo desigualdade em relação ao critério da mobilidade física. Da mesma forma, se alguns programas de televisão não apresentassem em uma tela à parte a imagem de alguém comunicando o discurso da tela principal sob a forma de linguagem gestual de sinais, a parcela de deficientes auditivos seria privada do acesso às informações.

Outro exemplo análogo é o das carteiras escolares que têm em um dos lados uma tábua para apoiar cadernos. Elas prevêem habitualmente os alunos destros, que constituem a maior parte da população, mas muito freqüentemente existe pelo menos uma carteira canhota para cada 20 destros. Naturalmente, se não existisse certo número de carteiras escolares para os alunos canhotos, eles teriam de enfrentar dificuldades adicionais ou grandes incômodos para escrever. Nesse caso, estariam sofrendo uma espécie de desigualdade relativa ao acesso às possibilidades de executar atividades relacionadas à escrita. Esses exemplos mostram que, em muitas situações, não considerar as Diferenças – isto é, agir com Indiferença – pode implicar reintroduzir o problema da desigualdade social em outro nível. Essa é uma questão para ser discutida em outra oportunidade¹³.

Referências bibliográficas

AQUINO, São Tomás de. *Suma teológica*. Madrid: La Editorial Católica, 1953-a. vols. I a XVII.

AQUINO, São Tomás de. *Suma contra los gentiles*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, La Editorial Católica, 1953-b. vols. I e II.

¹³ Outros aspectos em torno das noções de Igualdade, Desigualdade e Diferença foram discutidos em Barros (2004).

- ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.
- ARIÉS, P. *História da família e da criança*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- ARISTÓTELES. *Política*. Tradução de M.G. Kury. Brasília: Ed. UNB, 1985.
- BARROS, J. D'Assunção. *Igualdade, desigualdade e diferença*. Rio de Janeiro: LESC, 2004.
- DE CASSAGNE, I. *Valorización y educación del Niño en la Edad Media*. Buenos Aires: PUC, 2004.
- COURTÉS, J. *Introdução à semiótica narrativa e discursiva*. Coimbra: Almedina, 1979.
- GREIMAS, A. J. *Sobre o sentido: ensaios semióticos*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- GREIMAS, A. J. *Semântica estrutural*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- GREIMAS e COURTÉS. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, sd.
- GREIMAS, A. J. e LANDOWSKI, Eric (Orgs.). *Análise do discurso em ciências sociais*. São Paulo: Global, 1986.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da educação*. São Paulo: Difel, 1979.